

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
GABINETE DO PREFEITO

CONTRATO Nº 000454/2023

Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE UNA e a empresa F. R. MATOS COSTA ME, para os fins que especifica.

O MUNICÍPIO DE UNA, Estado da Bahia, pessoa jurídica, de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 13.672.605/0001-70, com sede na Praça Dr. Manoel Pereira de Almeida, nº 14, Centro, nesta Cidade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **TIAGO BIRSCHNER**, brasileiro, maior, portador do RG nº 09711444-5 SSP/BA e CPF nº 014.834.565-44, residente e domiciliado neste Município, na Rua Félix Caldas, nº 2, Centro, e, do outro lado, a Empresa **F. R. MATOS COSTA ME**, estabelecida na Rua PRIMAVERA, 81 - TOTO - T. VILELLA - ILHEUS - BA - CEP: 45657010 - inscrita no CNPJ nº 08.067.550/0001-82, representada neste ato por **PAULO ROBERTO MATOS COSTA**, portador do RG nº 668932759, CPF nº 507.737.475-92, residente e domiciliado na Avenida PROCLAMAÇÃO, 85 - TEOTÔNIO VILELLA - ILHEUS - BA - CEP: 45657010, resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 000213/2023**, com as seguintes cláusulas.

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM EMPRESA ESPECIALIZADA EM REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÉPTICOS DE FOSSAS POR METRO CÚBICO, PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS** para execução no regime de empreitada por preço unitário/global, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

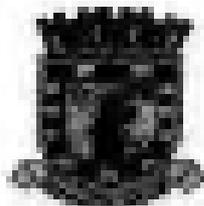
§ 1º Serão consideradas incluídas todas as despesas concernentes à execução dos serviços, com o fornecimento de mão de obra necessária, encargos sociais, ferramentas, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

§ 3º O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço unitário, ou seja a prestação devida à CONTRATADA é fixada em função das unidades determinadas, a serem efetivamente executadas.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula terceira. Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no Processo 000213/2023, Dispensa nº 000079/2023, e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
 GABINETE DO PREFEITO

§ 1º A CONTRATADA deve entrar em contato com o CONTRATANTE após a assinatura deste contrato para que, juntas, decidam as providências que deverão ser tomadas, no sentido de evitar transtornos durante a execução dos serviços, objeto deste contrato

§ 2º Os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA são aqueles que correspondem aos que efetivamente foram executados em decorrência deste contrato. As correções que apresentarem defeitos deverão ser refeitas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE

§ 3º A falta de funcionários e/ou equipamentos e ferramentas não poderá ser alegada como motivo para a não execução dos serviços e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

§ 4º A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesse instrumento, sendo que quaisquer alterações deverão ser realizadas se apresentadas, por escrito, e aprovadas pelo CONTRATANTE

§ 5º A CONTRATADA só será eximida de sua responsabilidade por qualquer evento considerado como danoso e/ou prejudicial à regular execução dos serviços, se após análise do CONTRATANTE, restar concluído que se trata de fato imprevisível, dificultoso à normal execução do contrato, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, ou ainda, de caso fortuito e força maior, cabendo exclusivamente à CONTRATADA o encargo de reunir toda documentação necessária à comprovação da ocorrência dos fatos mencionados, a ser apreciada pelo CONTRATANTE

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no projeto básico e/ou ETP (Estudo Técnico Preliminar), termo de referência, constante nos autos.

Cláusula quinta. O CONTRATANTE exercerá ampla e íntegra fiscalização na execução objeto contratado, a qual será feita por meio do gestor e fiscal nominados e/ou designados pela Administração Municipal

§ 1º A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do MUNICÍPIO e o pregoeiro da CONTRATADA será realizada preferencialmente por e-mail ou qualquer outro meio idôneo

§ 2º As competências do Fiscal Técnico

I - zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assinadas e pela qualidade dos produtos fornecidos e/ou dos serviços prestados;

II - verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços estão sendo cumpridas de acordo com o instrumento contratual e o respectivo termo convocatório;

III - acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e

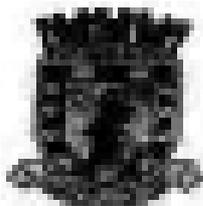
IV - indicar e/ou apontar descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo sejam devidamente apurados.

§ 3º O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Plano de Contratação.

§ 4º A fiscalização do CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato

Paula

K



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
GABINETE DO PREFEITO

§ 5º A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos defeitos e imperfeições observadas.

§ 6º A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

§ 7º A fiscalização será exercida pelo Sr GABRIEL RUSCICELLI DA SILVA, RAISSANDER FERMO DALMAGRO E SAMARONE SANTOS CORREIA.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

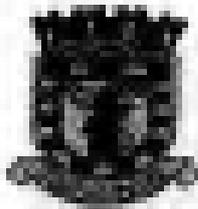
Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE

- I - promover condições para a execução dos serviços, objeto deste contrato;
- II - assegurar o livre acesso às áreas envolvidas no serviço, de pessoas credenciadas pela CONTRATADA para a sua execução, prestando-lhes esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da nota fiscal, sempre de acordo com a ordem cronológica;
- IV - fiscalizar a prestação dos serviços comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem de sua imediata intervenção;
- V - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial do Município no site ou portal oficial;
- VI - controlar e acompanhar toda a execução do contrato;
- VII - designar gestor operacional para acompanhamento deste contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA

- I - contatar com a CONTRATANTE, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar os detalhes de execução, evitando transtornos durante sua prestação;
- II - executar os serviços nas condições estabelecidas neste contrato e no âmbito do processo administrativo;
- III - refazer imediatamente, por sua conta, o serviço não aceito pela fiscalização, mantendo o local de execução limpo ao término do dia em que foi realizado;
- IV - cumprir todas as exigências das leis e normas alinentes à segurança, higiene e medicina de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme e crachá de identificação;
- V - facultar todas as atividades de fiscalização dos serviços realizadas pelo CONTRATANTE, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- VI - respeitar os prazos contratuais previstos neste contrato;
- VII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia anuência, por escrito, da CONTRATANTE;
- VIII - comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer situação que possa comprometer a execução dos serviços;
- IX - providenciar o imediato afastamento de empregado e/ou disposto que se torne prejudicial ou inconveniente aos serviços;
- X - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços em detalhe, bem como por

Paula



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
GABINETE DO PREFEITO

quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros; e
XI - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

DO CRÉDITO

Cláusula sétima. As despesas decorrentes deste contrato correrão sob a seguinte dotação orçamentária:
ÓRGÃO: 20 - SEC. MUNIC. DE GOVERNO, ADM. E PLANEJAMENTO - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 20 - SEC. MUNIC. DE GOVERNO, ADM. E PLANEJAMENTO - PROJETO/ATIVIDADE: 2020.041262.008 - GESTÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE GOV., ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - ELEMENTO DE DESPESA: 3390390000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. FONTE DE RECURSO: 15000000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

ÓRGÃO: 25 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 37 - MAC - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR - PROJETO/ATIVIDADE: 2537.10302152.054 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL (HMAFSG) - ELEMENTO DE DESPESA: 33903901500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. FONTE DE RECURSO: 1500

ÓRGÃO: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E LAZER - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 32 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTE E LAZER - PROJETO/ATIVIDADE: 1727.12301122.068 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ELEMENTO DE DESPESA: 33903901500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA. FONTE DE RECURSO: 1500

DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de **R\$ 24.000,00** (vinte e cinco mil seiscentos e quarenta reais)

§ 1º As condições para que ocorra o pagamento são as seguintes

- I - a CONTRATADA deverá comprovação de execução do serviço (relatórios, ordens de serviços, etc), ou entrega dos bens de consumo, obedecidos os requisitos previstos em lei, inclusive quanto à regularidade da habilitação;
- II - caberá a fiscalização do CONTRATANTE proceder à análise e parecer favorável ao pagamento;
- III - a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal somente quando solicitado pelo setor competente
- IV - a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação dentro do seu prazo de validade:

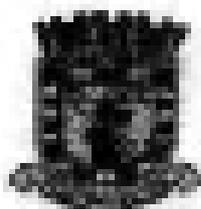
- a) comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal
- b) comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) comprovante da regularidade para com a Fazenda Municipal;
- d) comprovante da regularidade para com o FGTS;
- e) comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

§ 2º Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista

- I - será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciada o processo de extinção contratual, com aplicação de multa rescisória; e, concomitantemente:

Paulo

[Handwritten mark]



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
GABINETE DO PREFEITO

II - será efetuado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias na forma da lei.

§ 3º Verificando-se a existência de responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do CONTRATANTE em relação a algum débito previdenciário ou trabalhista da CONTRATADA, a fim de garantir o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração em decorrência da citada responsabilidade, o CONTRATANTE se reserva o direito de reter o valor correspondente quando da liberação do pagamento.

DO REAJUSTE

Clausula nona. Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo Índice IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir da data de assinatura deste contrato.

§ 1º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pela CONTRATADA antes:

- I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;
- II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;
- III - do encerramento do contrato.

§ 2º O prazo previsto no caput somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

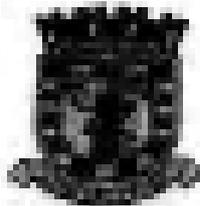
Clausula décima. As sanções administrativas serão advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Município de Una e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública com efeito no Título IV - Das Irregularidades - Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela sanção administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, qual seja dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às multas prevista no projeto básico OU às seguintes multas:

- I - 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor total do(s) produto(s) ou serviços, pelo atraso na entrega;
- II - 0,7% (zero vírgula sete por cento) ao dia, limitada sobre o valor total do(s) serviços, pelo atraso na execução dos serviços;
- III - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
 GABINETE DO PREFEITO

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, a critério da autoridade competente, ser convertidos em multa pela autoridade competente

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multa, será realizada com a incidência de correção monetária, conforme índice utilizado pelos índices oficiais de correção da Administração Pública, sem aplicação de juros de mora.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

- I - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, incidem sobre as outras, sendo os limites incidências sobre cada uma delas, e
- II - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, descredenciamento do Cadastro de Fornecedor, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo remanescente do contrato nos seguintes casos:

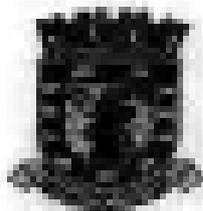
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - dar causa à inexecução total do contrato;
- III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativa;
- V - não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE, e/ou
- V - descumprir os prazos e condições previstas neste contrato

§ 9º A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 150, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o contrato ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013

Paula

§ 10. É admitida a reabilitação do contratado perante o CONTRATANTE, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigido, cumulativamente, os seguintes



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
GABINETE DO PREFEITO

requerimentos:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento de multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§ 11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§ 14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedoras do CONTRATANTE.

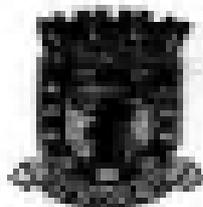
DA INEXEÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Clausula décima primeira. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14 133/2021, nos seguintes modos:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula arbitral ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser fundamentada motivada nos autos de processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - declaração de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivo da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção de licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do projeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, e desacompanhamento a serviço administrativo, ou



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
GABINETE DO PREFEITO

impossibilidade de liberação dessas áreas.

VII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interposição judicial e/ou extrajudicial

§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção consensual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, este valor será o mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 415, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima segunda. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação vigente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima terceira. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em ato vivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

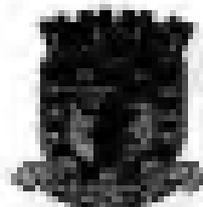
Cláusula décima quarta. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima quinta. Este contrato terá os seguintes prazos

1 - de vigência: 20 de dezembro de 2023 a 28 de fevereiro de 2024, podendo ser prorrogado nos termos da



ESTADO DA BAHIA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
 GABINETE DO PREFEITO

art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

Parágrafo único. Os demais prazos relacionados à prestação dos serviços estão previstos no projeto básico: EIP ou Termo de Referência.

DA PUBLICAÇÃO

Clausula décima sexta. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário Oficial Municipal, nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021, considerando a sua participação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia a ampla publicidade. Este Contrato está vinculado ao processo de Dispensa nº 000073/2023.

DO FORO.

Clausula décima sétima. Fica eleito o Foro da Comarca de UNA, Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Una (BA), 20 de dezembro de 2023.

 TIAGO MARQUES

Prefeito Municipal

Paula Roberto Costa
 Paula Roberto Costa, 1987

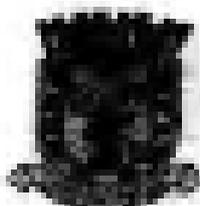
Contratada

 Testemunha

1. *Paula Roberto Costa* CPF: 031.314.514-03

2. *Paula Roberto Costa* CPF: 031.314.514-03

097.550/0001-82
 RA MATOS COSTA
 Rua Primavera, 81 - Teotônio
 Una - Bahia



ESTADO DO Bahia
 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
 CÂMARA DE VEREADORES E DO PREFEITO

Itens do Contrato

Lote: LOTE 01 SECRETARIA DE GOVERNO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						
Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
000001		MP	01	100,00	100,00	
Lote: LOTE 02 SECRETARIA DE EDUCACAO						
Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
000002	REMOÇÃO DE RESÍDUOS SEPTICOS DE FOSSAS POR CÂMERA	MP	01	14.520,00	14.520,00	
Lote: LOTE 03 SECRETARIA DE SAUDE						
Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
000003		MP	115	124,00	14.260,00	
VALOR TOTAL DO CONTRATO					28.780,00	

Paulo